

OBJETO DELIBERAÇÃO

As Comissões e

Justico Redoas
Financas Orçament



SALA SESSÕES 30 / 01 / 2025 MUNICÍPIO DE BARIRI

Bariri, 30 de janeiro de 2025.

PRESIDENTE

MENSAGEM
Nº 10/2025

Senhor Presidente,

Encaminhamos a Vossa Excelência e demais Senhores Vereadores, o incluso Projeto de Lei nº 10/2025 para a devida apreciação e aprovação, se este for o entendimento.

Dispõe o referido Projeto de Lei em implementar a Responsabilidade Solidária na Administração Pública Municipal, dando autonomia aos Diretores Municipais e Diretor Superintendente para despachos de mero expediente, visando assegurar a integridade e a transparência na gestão municipal, trabalhando de maneira conjunta e transparente para evitar irregularidades e garantir a correta aplicação dos recursos públicos.

Contando com a aprovação da matéria, invoco o disposto no artigo 43 da Lei Orgânica Municipal.

Aproveitando do ensejo, reitero a Vossa Excelência e aos Nobres e Ilustres Vereadores, meus protestos de mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,

AIRTON LUIS PEGORARO
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor
RICARDO PREARO
Presidente da Câmara Municipal de Bariri
BARIRI - SP





MUNICÍPIO DE BARIRI

= PROJETO DE LEI Nº 10/2025 = de 30 de janeiro de 2025.

Implementa a Responsabilidade Solidária na Administração Pública Municipal.

Art. 1º Fica implementada no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta a Responsabilidade Solidária aos Diretores Municipais e Diretor Superintendente, em conjunto com o Chefe do Poder Executivo, visando assegurar a integridade e a transparência na gestão municipal, trabalhando de maneira conjunta e transparente para evitar irregularidades e garantir a correta aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º Através da responsabilidade solidária, nos casos de responsabilização pessoal do Chefe do Executivo admitidos em lei, os Diretores Municipais e Diretor Superintendente responderão por atos ou omissões que resultem em prejuízos ao erário ou no descumprimento de normas legais.

Art. 3º Os Diretores Municipais e Diretor Superintendente exercerão autonomia para despachos de mero expediente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bariri, 30 de janeiro de 2025.

AIRTON LUIS PEGORARO
Prefeito Municipal

DISCUSSÃO / VOTAÇÃO

APROVADO	<input type="checkbox"/>	REJEITADO	<input type="checkbox"/>
UNANIMIDADE	<input type="checkbox"/>	MAJORIA	<input type="checkbox"/>
FAVORÁVEL	<input type="checkbox"/>	CONTRA	<input type="checkbox"/>
SALA DAS SESSÕES ____/____/____			

PRESIDENTE



PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BARIRI/SP

Parecer Jurídico - NSADM Nº 004/2025

Interessado: Gabinete do Prefeito

Assunto: Projeto de Lei nº 04/2025 - Responsabilidade solidária de Diretores Municipais

AO SETOR DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE,

Nos termos da atribuição de análise prévia de minutas de projetos de lei e decretos prevista no Art. 9º, VIII da Lei Municipal nº 4.651/2015, observado que o projeto de lei submetido à análise prevê hipótese de responsabilização pessoal de Diretores de Serviços Municipais e do Diretor Superintendente da autarquia SAEMBA decorrentes do exercício das atribuições de cada cargo, verifica-se que se trata de matéria reservada ao Poder Executivo, nos termos do Art. 61, II, “e” da Constituição da República, reproduzido obrigatoriamente no Art. 24, § 2º, 2 da Constituição Estadual de São Paulo e no Art. 39, II da Lei Orgânica do Município como parâmetro de constitucionalidade, pelo que há de se inferir pela regularidade formal do projeto de lei.

Quanto ao aspecto material, verificado que a instituição da responsabilização solidária em conjunto com o Chefe do Executivo por atos praticados pelos Diretores Municipais de Serviços e Superintendente da autarquia é medida que objetiva maior controle na administração, se faz necessária a ressalva que a responsabilidade pessoal dos agentes políticos no ordenamento jurídico pátrio é excepcional e cabível somente por força de previsão legal expressa, por estipulação de vontade entre as partes e nos casos de dolo ou culpa comprovados em ação de regresso promovida pelo ente público que sofreu dano.

Nesse sentido, tem-se da jurisprudência pátria:

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PREFEITO POR MULTA DECORRENTE DE DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER PACTUADA EM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADO PELO ENTE MUNICIPAL. IMPOSSIBILIDADE.



PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE BARIRI/SP

Verifica-se que, no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que embasa a corrente execução, não foi estipulada a responsabilidade pessoal do prefeito, o qual, na oportunidade, subscreveu o referido termo na qualidade de representante municipal. Nesse contexto, entende-se que não existe disposição legal expressa que justifique que o prefeito responda solidariamente por obrigações e penalidades firmadas em termo de ajustamento de conduta pactuado pelo município que, à época, administrava. **Isso porque a responsabilidade patrimonial solidária ou subsidiária decorre do ordenamento jurídico ou da vontade das partes (art. 265 do Código Civil), sendo certo que inexistente qualquer previsão legal que autorize a "desconsideração da personalidade jurídica" de ente público ou estipule a responsabilidade solidária do prefeito municipal. A responsabilização patrimonial pessoal do prefeito municipal por danos ao erário depende de dolo ou culpa e é tida como excepcional pelo ordenamento jurídico, dependendo de ação de regresso promovida pelo ente público prejudicado (art. 37, § 6º, da CF), ação de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da CF) ou ação de ressarcimento promovida pelo ente público prejudicado (art. 37, § 5º, da CF).** Agravo de petição conhecido e improvido. (grifei e negritei)
(TRT-7 - AP: 00003592620125070028 CE, Relator: FRANCISCO TARCISIO GUEDES LIMA VERDE JUNIOR, Seção Especializada II, Data de Publicação: 23/02/2022)

Desta forma, é recomendável a inserção de disposição expressa no sentido de que a responsabilidade solidária de Diretores Municipais somente se dará nos casos de responsabilização pessoal do Chefe do Executivo admissíveis em lei, conforme o texto elaborado a título de sugestão na redação do Art. 2º do projeto de lei.

Ante o exposto, observada a regularidade formal de iniciativa normativa do projeto de lei elaborado, a Procuradoria Jurídica recomenda a alteração do texto no projeto para consignar expressamente a responsabilidade solidária nos casos em que a responsabilização pessoal do Prefeito são admissíveis pela legislação, opinando pela retificação e posterior remessa à Câmara Municipal para deliberação (Art. 8º, I da Lei Orgânica do Município).

Bariri, 10 de janeiro de 2025.

DANILLO

ALFREDO NEVES

Assinado de forma digital por
DANILLO ALFREDO NEVES
Dados: 2025.01.10 14:26:45 -03'00'

DANILLO ALFREDO NEVES

Procurador do Município

OAB/SP 325.369